



ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS SERTÕES DE CRATEÚS

01 No dia 07 do mês de maio de 2026, às 08h00min realizou-se a 51ª reunião ordinária do CBHSC no
02 auditório da Cáritas Diocesana de Crateús - CDC, Rua Frei Vidal da Penha, nº 1605 - São José,
03 município de Crateús. **Ao todo estavam presentes 21 instituições do Colegiado, representando**
04 **70,00% do CBHSC e 23 membros entre titulares e suplentes. Como convidados estavam**
05 **presentes: Professores Luana Viana e Alan Michell representando a UFC/Programa Cientista**
06 **Chefe, Juracir Bezerra, coordenador da Vigilância em Saúde de Crateús e Teobaldo Neto,**
07 **Secretário de Defesa de Recursos hídricos de Crateús, além da secretaria-executiva, regional**
08 **da COGERH de Crateús, totalizando 33 (trinta e três) participantes.** Foi registrada a ausência
09 das seguintes instituições membros: **Prefeitura Municipal de Novo Oriente, Prefeitura**
10 **Municipal de Poranga, Prefeitura Municipal de Quiterianópolis, Secretaria dos Recursos**
11 **Hídricos – SRH, Secretaria do Meio Ambiente e Mudanças do Clima - SEMA, Departamento**
12 **Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, 01 (uma) vacância no setor público**
13 **estadual/federal, Associação das Pescadoras e dos Pescadores Artesanais de Tamboril e**
14 **Associação das Pescadoras e Pescadores do Açude Realejo - APPAR** Às 8h00min a
15 Coordenadora do Núcleo de Gestão Participativa da Regional de Crateús, Edna Nascimento, iniciou
16 a reunião dando as boas vindas aos presentes. Na sequência, passou a palavra ao presidente do
17 CBHSC, Teobaldo Marques, que cumprimentou os presentes e fez a leitura da pauta da reunião:
18 **08h00min** - Coffee breack/Acolhida; **08h30min** – Discutir sobre o formato de aprovação da ata e
19 Aprovação da ata da 23ª reunião extraordinária do CBHSC – (Destaque dos encaminhamentos);
20 **09h00min** – Apresentação das ações realizadas pela COGERH/Crateús no primeiro trimestre de
21 2026 – Núcleo de Operação; **09h30min** – Apresentação do processo de elaboração do Plano de
22 Gestão Proativa de Seca dos Hidrossistemas Flor do Campo e Jaburu II – UFC/Programa
23 Cientista Chefe; **10h00min** – Encaminhamentos das reuniões das Comissões Gestoras: 11ª
24 Reunião Ordinária da CG do açude Flor do Campo e 13ª Reunião Ordinária da CG do açude
25 Carnaubal; **10h20min** – Discussão sobre o XXVII Encontro Nacional dos Comitês de Bacias
26 Hidrográficas – ENCOB, que será realizado de 07 a 11 de dezembro, em Fortaleza; **10h40min** –
27 Apresentação sobre a análise de água dos poços das localidades do entorno do lixão de Crateús e
28 das ações realizadas – Secretaria de Defesa Civil e Recursos Hídricos; **11h10min** – Informes:
29 **11h40min** – Deliberações e encaminhamentos; **12h00min** – Encerramento e almoço. Após a leitura



30 da pauta, Teobaldo Marques iniciou os trabalhos, momento em que apresentou o ponto da pauta
 31 referente ao formato de apreciação e aprovação da ata. O presidente colocou que poderia ser
 32 apresentado apenas os encaminhamentos e deliberações. Daniela Cavalcante, vice-presidente do
 33 CBHSC, destacou que a plenária já havia discutido várias formas de fazer essa aprovação,
 34 entendendo a importância de se elaborar uma ata completa, mas também compreendendo que a sua
 35 leitura integral ocupa um espaço de tempo que poderia ser direcionado ao aprofundamento das
 36 discussões de pautas relevantes. Mas, decidiram que essa decisão deveria ser tomada pela nova
 37 plenária do colegiado. Em seguida, a plenária votou e aprovou que haverá apenas a apresentação
 38 dos encaminhamentos e deliberações não sendo mais lida a ata de maneira integral. Diante da
 39 aprovação, Daniela Cavalcante realizou a leitura e prestação de contas dos encaminhamentos e
 40 deliberações da 23ª reunião extraordinária: 1) Empossados os membros do CBHSC para o mandato
 41 2026-2030; 2) Eleita a diretoria do CBHSC para o biênio 2026-2028 composta por: Presidente -
 42 Francisco Teobaldo Gonçalves Marques, conhecido como Teobaldo; Vice-Presidente - Daniela da
 43 Silva Cavalcante; Secretário-Geral - Cícero Lacerda de Deus; e Secretário-Adjunto - José Lourenço
 44 Martins Torres; 3) Discutir sobre o formato de aprovação das atas do colegiado em reuniões futuras
 45 e 4) Convidar a Secretaria de Defesa Civil e Recursos Hídricos de Crateús para apresentar as
 46 informações referentes ações de monitoramento da qualidade da água em comunidades rurais do
 47 município de Crateús. Em seguida, a vice-presidente informou que todos os encaminhamentos
 48 foram realizados, haja vista que o 1º e 2º ocorreram ainda durante a 23ª reunião extraordinária e que
 49 o 3º e o 4º ficaram como ponto de pauta da 51ª reunião ordinária. Na sequência, a plenária aprovou
 50 a ata da 23ª Reunião Extraordinária do CBHSC. Dando sequência à pauta, Helder Lucena,
 51 coordenador do Núcleo de Operação da COGERH/Crateús, iniciou sua apresentação informando
 52 que o Comitê havia solicitado a exposição das principais ações desenvolvidas pela Gerência
 53 Regional durante o primeiro trimestre de 2026. Inicialmente, relatou que, no mês de janeiro, foram
 54 realizadas as Inspeções de Segurança Regular (ISR), por meio da aplicação de checklist nas
 55 barragens monitoradas pela Gerência Regional dos Sertões de Crateús. Esclareceu que esse
 56 procedimento é executado semestralmente em conformidade com a Lei Federal nº 12.334/2010, que
 57 institui a Política Nacional de Segurança de Barragens. Informou que a Gerência Regional realiza
 58 esse monitoramento em 11 barragens, sendo dez localizadas na Bacia Hidrográfica dos Sertões de
 59 Crateús e uma pertencente à Bacia do Banabuiú. Na oportunidade, apresentou as atividades de
 60 monitoramento e inspeção das estruturas hidráulicas da região, destacando que as barragens do



61 Estado do Ceará figuram entre as mais monitoradas do país. Explicou que o acompanhamento é
 62 realizado por meio de instrumentação específica e de inspeções periódicas, durante as quais são
 63 avaliadas as condições estruturais das barragens e identificadas eventuais anomalias. As
 64 informações levantadas são registradas no Sistema Integrado de Informações de Recursos Hídricos
 65 da COGERH, permitindo que a Gerência de Segurança de Infraestrutura avalie o grau de risco de
 66 cada ocorrência e adote as medidas corretivas cabíveis. Esclareceu, ainda, que as anomalias
 67 classificadas como de menor risco são solucionadas pelo Agente de Guarda e Inspeção de
 68 Reservatórios (AGIR) e pela equipe da própria Gerência Regional. Já as ocorrências de maior
 69 gravidade são sanadas pela equipe da Gerência de Segurança de Infraestrutura ou executadas por
 70 empresa especializada contratada para esse fim. Entre as atividades desenvolvidas no trimestre,
 71 destacou a utilização de tecnologia de drones para a realização de levantamentos batimétricos,
 72 proporcionando maior precisão na avaliação da capacidade dos reservatórios. Informou que, nos
 73 meses de janeiro e fevereiro, equipes da Gerência de Monitoramento, em conjunto com técnicos da
 74 Gerência Regional de Crateús, iniciaram o estudo batimétrico do Açude Barra Velha, localizado no
 75 município de Independência, utilizando essa tecnologia. Na sequência, informou que, entre os
 76 meses de fevereiro e março, foram instaladas placas informativas e de advertência nos açudes
 77 Sucesso, São José III, Carnaubal, Barragem do Batalhão, Monsenhor Tabosa, Colina, Flor do
 78 Campo, Jaburu II, Barra Velha e Cupim, totalizando 59 placas. Segundo o coordenador, a iniciativa
 79 teve como objetivo orientar os usuários e alertar a população quanto às condições de uso dos
 80 reservatórios e às medidas de segurança. Prosseguindo a apresentação, Helder Lucena relatou que a
 81 Gerência Regional recebeu denúncia encaminhada pela Associação das Pescadoras e Pescadores
 82 Artesanais do Açude Realejo (APPAR), por meio da qual a entidade solicitava averiguação acerca
 83 da construção de dois barramentos situados a montante do Açude Realejo, nas localidades de
 84 Pendência e Mosquito, em tributários que contribuem para o abastecimento do reservatório.
 85 Esclareceu que a fiscalização de obras hídricas não constitui atribuição da COGERH, sendo essa
 86 competência da Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH). Contudo, explicou que compete à
 87 Companhia realizar vistorias técnicas, orientar os empreendedores quanto à regularização das obras
 88 e encaminhar as informações técnicas aos órgãos competentes. Nesse momento, Antônio Luiz,
 89 membro do CBHSC representando o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de
 90 Independência, relatou a existência de diversos barramentos localizados a montante do Açude Barra
 91 Velha e manifestou preocupação quanto aos possíveis impactos dessas estruturas sobre a recarga do



92 reservatório. Diante disso, questionou qual seria o procedimento adequado para formalizar denúncia
 93 semelhante à apresentada pela APPAR. Em seguida, Raimundo Galvão, membro do CBHSC
 94 representando a EMATERCE, perguntou se existe legislação que impeça o proprietário rural de
 95 construir barramentos em sua propriedade apenas pelo fato de ela estar localizada na área de
 96 contribuição de um grande reservatório. Em resposta, Helder Lucena solicitou que os
 97 questionamentos fossem retomados ao término da exposição, considerando que a apresentação do
 98 procedimento adotado pela COGERH diante da denúncia da APPAR contribuiria para esclarecer as
 99 dúvidas levantadas. Na continuidade, informou que a equipe do Núcleo de Operação da
 100 COGERH/Crateús realizou vistoria de campo no dia 2 de março de 2026, ocasião em que
 101 confirmou a existência das estruturas denunciadas. Esclareceu que apenas um dos barramentos
 102 interceptava efetivamente um tributário que deságua no Açude Realejo, enquanto o outro se
 103 encontrava em curso d'água distinto. Relatou que a primeira providência adotada foi a identificação
 104 do empreendedor responsável pela obra, bem como o levantamento das coordenadas geográficas da
 105 estrutura, informações indispensáveis para instrução do processo junto à Secretaria dos Recursos
 106 Hídricos. Na sequência, informou que foi elaborado o Relatório de Vistoria (RV), documento que
 107 registra a visita técnica realizada pela COGERH e formaliza as orientações prestadas ao
 108 empreendedor quanto à necessidade de regularização da obra mediante solicitação da outorga
 109 correspondente. Posteriormente, foi elaborado o Relatório Resumo (RR), documento técnico
 110 contendo as principais características da estrutura, incluindo altura, comprimento do coroamento,
 111 localização, finalidade e demais informações necessárias para subsidiar a análise da Secretaria dos
 112 Recursos Hídricos. Helder informou que toda a documentação foi encaminhada à Célula de
 113 Segurança de Barragens da SRH para adoção das providências cabíveis, entre elas o cadastramento
 114 das estruturas, conforme previsto na Política Nacional de Segurança de Barragens. Acrescentou que
 115 a Secretaria já havia emitido o Registro de Identificação do Empreendedor referente aos dois
 116 barramentos. Esclareceu que esse registro atribui ao empreendedor a responsabilidade legal pela
 117 operação, manutenção e segurança da estrutura, bem como pela reparação de eventuais danos
 118 decorrentes de seu rompimento ou mau funcionamento. Ressaltou que a atuação da Secretaria dos
 119 Recursos Hídricos ocorre em duas frentes distintas: uma relacionada à Política Nacional de
 120 Segurança de Barragens e outra referente ao processo de análise e emissão da outorga da obra
 121 hidráulica. Informou, ainda, que a Gerência Regional da COGERH não possuía, naquele momento,
 122 informações sobre eventual solicitação de outorga por parte do empreendedor, comprometendo-se,



123 entretanto, a acompanhar o andamento do processo. Também ressaltou que toda vistoria em
124 propriedade particular deve observar o direito de propriedade, registrando que, no caso em questão,
125 houve autorização expressa do proprietário para acesso à área, sendo a equipe técnica acompanhada
126 durante toda a inspeção por um representante da propriedade. Em seguida, apresentou a situação
127 hídrica do Estado do Ceará, informando que, os 144 reservatórios monitorados pela COGERH,
128 possuíam um volume armazenado de 9.417 hm³, equivalente a 51,27% da capacidade total. Na
129 Bacia Hidrográfica dos Sertões de Crateús, foram apresentados os seguintes percentuais de
130 armazenamento: Barra Velha – 1,30%; Carnaubal – 21,62%; Colina – 99,44%; Cupim – 54,08%;
131 Barragem do Batalhão – 100%; Flor do Campo – 10,82%; Jaburu II – 35,65%; Realejo – 21,09%;
132 Sucesso – 100%; e São José III – 100%. Concluída a apresentação, Raimundo Galvão questionou se
133 a Barragem do Batalhão era de domínio federal. Em resposta, Rodrigues Júnior, gerente regional da
134 COGERH em Crateús, esclareceu a diferença entre águas de domínio estadual e federal, bem como
135 as competências de cada ente federativo quanto à gestão dos recursos hídricos e ao monitoramento
136 das estruturas hidráulicas. Na sequência, Daniela Cavalcante destacou a importância da realização
137 de estudos que permitam avaliar os impactos dos pequenos barramentos existentes na área de
138 contribuição do Açude Barra Velha sobre a recarga do reservatório. Em seguida, George Bezerra,
139 membro do CBHSC representando o IFCE Campus Crateús, observou que, embora a região dos
140 Sertões de Crateús tenha registrado precipitações próximas ou superiores à média climatológica, a
141 recuperação dos volumes armazenados parecia inferior à verificada no ano anterior. Diante disso,
142 solicitou esclarecimentos sobre os fatores que poderiam explicar essa situação. Em resposta ao
143 questionamento, Domingo Cassain, membro do CBHSC representando a FUNCEME, recordou que
144 o prognóstico climático para o trimestre fevereiro-março-abril indicava maior probabilidade de
145 ocorrência de chuvas dentro da normal climatológica. Em seguida, apresentou uma plataforma de
146 monitoramento meteorológico disponibilizada pela Fundação, demonstrando como acessar
147 informações sobre precipitação acumulada por regiões hidrográficas e compará-las com as
148 respectivas médias históricas. A análise apresentada evidenciou que, embora a Bacia dos Sertões de
149 Crateús tenham registrado precipitações acima da média, as chuvas tiveram uma distribuição
150 irregular. Complementando a explicação, Rodrigues Júnior destacou que a distribuição espacial e
151 temporal da chuva exerce influência direta sobre a recarga dos reservatórios. Ressaltou que pode
152 ocorrer precipitação significativa na sede de um município, enquanto as áreas de contribuição direta
153 do reservatório recebem baixos volumes de chuva, reduzindo significativamente o aporte hídrico ao



154 sistema. Acrescentou que essa irregularidade na distribuição das precipitações explica, em grande
 155 medida, a limitada recuperação dos volumes armazenados observada naquele período. Na
 156 sequência, o presidente do CBHSC, Francisco Teobaldo Gonçalves Marques, convidou a equipe da
 157 Universidade Federal do Ceará (UFC), Campus Crateús, para realizar a apresentação sobre a
 158 elaboração dos Planos de Gestão Proativa de Secas dos hidrossistemas Jaburu II e Flor do Campo.
 159 Inicialmente, a professora Luana Viana apresentou-se aos participantes e informou que a
 160 universidade vem desenvolvendo estudos voltados aos hidrossistemas da Bacia do Alto Jaguaribe e
 161 que, a partir daquele momento, os trabalhos passariam a contemplar também reservatórios da Bacia
 162 Hidrográfica dos Sertões de Crateús. Esclareceu que a apresentação tinha como objetivo apresentar
 163 a metodologia de elaboração dos planos, a forma de desenvolvimento do projeto e a importância
 164 desses instrumentos para o planejamento e a gestão dos recursos hídricos. Destacou, ainda, o caráter
 165 participativo do processo de elaboração dos planos, incentivando os presentes a contribuírem com
 166 dúvidas, observações e relatos ao longo das atividades, de modo a enriquecer os resultados do
 167 trabalho. Em seguida, Alan Michell apresentou-se e contextualizou o projeto no âmbito do
 168 Programa Cientista Chefe, iniciativa do Governo do Estado do Ceará desenvolvida em parceria com
 169 a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e a
 170 Universidade Federal do Ceará (UFC). Explicou que o programa tem como finalidade aproximar a
 171 produção científica das instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas,
 172 especialmente na área de recursos hídricos, promovendo a integração entre o conhecimento técnico-
 173 científico e o conhecimento empírico dos diversos atores envolvidos na gestão das águas. Informou
 174 que um dos principais eixos de atuação do programa é o fortalecimento da gestão participativa dos
 175 recursos hídricos, incluindo estudos relacionados ao processo de alocação negociada de água e ao
 176 planejamento para enfrentamento de eventos de escassez hídrica. Na sequência, explicou que os
 177 planos em elaboração se enquadram na categoria de Planos de Gestão Proativa de Secas por
 178 hidrossistema, abrangendo não apenas o reservatório, mas todo o conjunto de usuários direta ou
 179 indiretamente dependentes de suas águas. Recordou que, na Bacia Hidrográfica dos Sertões de
 180 Crateús, já havia sido elaborado o Plano de Gestão Proativa de Secas do Açude Carnaubal e que,
 181 nesta nova etapa, os trabalhos estariam voltados aos hidrossistemas Jaburu II e Flor do Campo,
 182 podendo futuramente ser estendidos a outros sistemas da bacia. Também apresentou outros
 183 instrumentos desenvolvidos pelo Programa Cientista Chefe, entre eles os planos para vales
 184 perenizados, os planos de seca por bacia hidrográfica e os planos voltados às áreas urbanas. Alan



185 Michell ressaltou que o Plano de Gestão Proativa de Secas possui caráter essencialmente
186 preventivo, destacando que, inclusive, vem sendo discutida a substituição da expressão "Plano de
187 Seca" por "Estratégia Proativa de Seca", com o objetivo de evidenciar que o instrumento busca
188 preparar os sistemas hídricos e seus usuários antes da ocorrência de uma crise de abastecimento.
189 Nesse contexto, diferenciou os conceitos de gestão reativa e gestão proativa da seca. Explicou que a
190 gestão reativa caracteriza-se pela adoção de medidas emergenciais somente após a instalação da
191 crise hídrica, normalmente em um cenário de escasso tempo para planejamento, reduzida
192 participação dos usuários e tomada de decisões sob pressão, circunstâncias que, em geral, implicam
193 maiores custos e menor eficiência. Por outro lado, explicou que a gestão proativa fundamenta-se na
194 antecipação dos riscos, na definição de mecanismos de alerta precoce e na preparação prévia das
195 instituições e dos usuários, possibilitando respostas mais coordenadas, eficientes e menos onerosas
196 quando da ocorrência de períodos de estiagem. Destacou que a seca constitui um fenômeno
197 recorrente e inevitável no Semiárido brasileiro, sendo incertos apenas o momento de sua ocorrência,
198 sua duração e sua intensidade. Assim, o principal objetivo dos planos consiste em promover uma
199 mudança de paradigma na gestão das secas, substituindo a lógica de resposta emergencial por uma
200 cultura permanente de preparação, prevenção e adaptação. Acrescentou que, uma vez elaborado, o
201 plano deverá ser revisado periodicamente, de forma a incorporar alterações nas condições
202 hidrológicas, sociais, econômicas e institucionais do hidrossistema. Em seguida, estabeleceu uma
203 distinção entre os Planos de Recursos Hídricos e os Planos de Gestão Proativa de Secas. Explicou
204 que os primeiros possuem horizonte de planejamento de longo prazo, geralmente entre vinte e trinta
205 anos, contemplando ações estruturantes, como implantação de novas infraestruturas hídricas,
206 ampliação da oferta de água, gestão da demanda e prevenção de conflitos pelo uso dos recursos
207 hídricos. Por sua vez, esclareceu que os Planos de Gestão Proativa de Secas constituem
208 instrumentos operacionais de curto prazo, voltados à gestão da infraestrutura existente diante da
209 possibilidade de ocorrência de uma seca na estação seguinte ou nos anos subsequentes. Na
210 sequência, apresentou a metodologia de definição dos estados hidrológicos do reservatório,
211 informando que os planos trabalham com quatro níveis: Normal, Atenção, Alerta e Seca Severa.
212 Esclareceu que esses estados serão definidos a partir de gatilhos obtidos por meio de simulações
213 hidrológicas de longo prazo, considerando o comportamento histórico dos reservatórios, as vazões
214 afluentes, as perdas por evaporação, a disponibilidade hídrica e a capacidade de atendimento às
215 demandas existentes. Explicou que, para cada um desses estados, serão estabelecidas ações



216 específicas de preparação, monitoramento, mitigação e resposta, incluindo a definição de limites
217 para retirada de água e, quando necessário, restrições graduais aos diferentes usos, buscando evitar
218 situações de colapso do sistema hídrico. Alan Michell destacou, ainda, as principais características
219 do instrumento, ressaltando que o plano possui foco específico na dimensão hídrica da seca,
220 constitui um instrumento operacional de curto prazo, adota como unidade de planejamento o
221 hidrossistema e é elaborado de forma participativa, envolvendo instituições e usuários diretamente
222 relacionados ao reservatório. Na continuidade da apresentação, Luana Viana detalhou a
223 metodologia participativa que será utilizada na elaboração dos planos. Informou que o processo
224 compreenderá oficinas com as Comissões Gestoras, entrevistas com técnicos da COGERH,
225 levantamento e análise de dados históricos, além da utilização de ferramentas didáticas, incluindo
226 jogos de simulação destinados a facilitar a compreensão coletiva das diferenças entre os modelos
227 reativo e proativo de gestão da seca (Seca em Jogo). Explicou que a primeira oficina terá como
228 principal produto a elaboração do diagnóstico participativo do hidrossistema. Na segunda oficina,
229 esse diagnóstico será apresentado aos participantes para validação e aperfeiçoamento. Após essa
230 etapa, será construída, de forma conjunta, a proposta de Plano de Ação. Na terceira oficina, o plano
231 consolidado será submetido à apreciação e validação da Comissão Gestora e, posteriormente,
232 encaminhado ao Comitê de Bacia para conhecimento e deliberação. Informou que os planos dos
233 hidrossistemas Flor do Campo e Jaburu II serão elaborados simultaneamente, obedecendo à mesma
234 metodologia de trabalho. Na sequência, apresentou a estrutura prevista para os documentos,
235 composta pelos seguintes capítulos: caracterização geral do hidrossistema; aspectos normativos e
236 institucionais; percepção dos impactos da seca; conflitos sociais e vulnerabilidades associados à
237 escassez hídrica; respostas atualmente adotadas frente aos impactos da seca; cenarização e definição
238 dos estados de seca; plano de ações; e plano de implementação. Retomando a apresentação, Alan
239 Michell explicou o processo de construção dos cenários hidrológicos e a definição dos estados
240 operacionais dos reservatórios, enfatizando que os Planos de Gestão Proativa de Secas não
241 substituem o processo de alocação negociada de água, que continuará sendo realizado conforme os
242 procedimentos atualmente adotados pela COGERH e pelo Comitê de Bacia. Esclareceu que o plano
243 funcionará como instrumento de apoio à tomada de decisão, fornecendo critérios técnicos para
244 subsidiar gestores e usuários na adoção de medidas preventivas e na definição de estratégias de
245 enfrentamento de cenários de escassez hídrica. Em seguida, Luana Viana apresentou um exemplo
246 de plano de ação, explicando que as medidas propostas são organizadas a partir dos principais



247 impactos identificados no diagnóstico participativo. Para cada problema são definidas ações
248 específicas, responsáveis por sua execução, prazos de implementação e a classificação quanto à sua
249 natureza, tais como ações preventivas, de monitoramento, de mitigação ou de resposta. Ressaltou
250 que os planos deverão ser revisados periodicamente, de modo a incorporar mudanças nas condições
251 hidrológicas, institucionais e socioeconômicas dos hidrossistemas. Finalizando a apresentação, Alan
252 Michell enfatizou a importância da articulação entre as diversas instituições envolvidas na gestão
253 dos recursos hídricos, destacando o papel das Comissões Gestoras, da COGERH, da CAGECE, da
254 Defesa Civil, das secretarias municipais e das demais entidades parceiras. Nesse contexto, ressaltou
255 que a experiência acumulada pela COGERH no monitoramento dos reservatórios, na condução dos
256 processos de alocação negociada de água e na operação dos sistemas hídricos constitui elemento
257 fundamental para a definição dos estados de seca, dos gatilhos operacionais e das medidas previstas
258 nos planos. Ao concluir, Luana Viana informou que as entrevistas com os técnicos da COGERH
259 haviam sido realizadas no dia 10 de abril de 2026. Comunicou, ainda, que a primeira oficina
260 participativa do hidrossistema Jaburu II estava prevista para o dia 19 de maio, enquanto a do
261 hidrossistema Flor do Campo ocorreria no dia 20 de maio. Informou que as segundas oficinas
262 estavam programadas para o mês de junho e as terceiras oficinas para o mês de julho, período em
263 que também estava prevista a apresentação dos planos ao CBHSC para apreciação e aprovação.
264 Concluída a apresentação, a vice-presidente do CBHSC, Daniela Cavalcante, questionou se o
265 processo de elaboração dos Planos de Gestão Proativa de Secas envolveria exclusivamente as
266 Comissões Gestoras ou se também seriam convidados outros atores sociais diretamente
267 relacionados aos hidrossistemas, como pescadores, associações comunitárias e demais usuários da
268 água. Em resposta, Luana Viana esclareceu que, embora as Comissões Gestoras constituam o
269 principal espaço de participação, a metodologia prevê o envolvimento de outros atores sociais
270 considerados relevantes para o processo. Ressaltou que o Comitê de Bacia e a COGERH poderão
271 indicar instituições e representantes cuja participação contribua para ampliar a representatividade e
272 qualificar a construção dos planos. Na sequência, Daniela Cavalcante solicitou que a Secretaria-
273 Executiva do CBHSC disponibilizasse os convites das oficinas no grupo oficial de WhatsApp do
274 Comitê, de modo a ampliar sua divulgação e incentivar a participação de instituições e usuários
275 interessados. Em seguida, Edna Nascimento informou que a Secretaria-Executiva já dispõe de um
276 cadastro de instituições e atores sociais vinculados aos hidrossistemas, elaborado durante os
277 processos de renovação das Comissões Gestoras e de mobilização para as reuniões informativas de



278 operação dos reservatórios. Informou que esse banco de dados seria utilizado na mobilização dos
 279 participantes das oficinas dos açudes Jaburu II e Flor do Campo, sem prejuízo da inclusão de novos
 280 interessados indicados pelo Comitê ou pela própria comunidade. Encerradas as discussões, o
 281 presidente do CBHSC agradeceu à equipe da Universidade Federal do Ceará pela apresentação e
 282 destacou a relevância da iniciativa para o fortalecimento da gestão participativa dos recursos
 283 hídricos na Bacia Hidrográfica dos Sertões de Crateús. Na sequência, o presidente deu
 284 prosseguimento à pauta da reunião e convidou Nayara Carvalho, Analista do Núcleo de Gestão da
 285 gerência Regional de Crateús para explanar sobre passando ao item referente aos encaminhamentos
 286 das reuniões das Comissões Gestoras dos açudes Flor do Campo e Carnaubal. Inicialmente, Nayara
 287 esclareceu que as Comissões Gestoras constituem instâncias consultivas, competindo-lhes discutir
 288 matérias relacionadas aos respectivos sistemas hídricos e formular proposições ao Comitê.
 289 Ressaltou, entretanto, que tais comissões não possuem competência deliberativa, razão pela qual
 290 seus encaminhamentos são submetidos ao CBHSC para conhecimento, apreciação e deliberação.
 291 Em seguida, informou que a Comissão Gestora do Açude Carnaubal realizou sua 13ª Reunião
 292 Ordinária no dia 9 de abril de 2026, ocasião em que foram definidos os seguintes encaminhamentos:
 293 1) Realização da próxima reunião ordinária da Comissão Gestora no mês de agosto, após a reunião
 294 de alocação negociada de água promovida pelo Comitê. Nayara esclareceu que esse
 295 encaminhamento não necessitava de aprovação do CBHSC, por tratar-se de matéria relacionada ao
 296 plano de trabalho da própria Comissão Gestora; 2) Encaminhamento de solicitação à Secretaria de
 297 Defesa Civil e Recursos Hídricos de Crateús para que, em reunião futura, apresente de forma mais
 298 detalhada os dados referentes aos poços profundos levantados em resposta a ofício anteriormente
 299 encaminhado, incluindo representação cartográfica das informações; 3) Reformulação do ofício
 300 destinado à CAGECE, solicitando dados estatísticos, consolidados e setorizados sobre os maiores
 301 consumidores de água do município, por segmento de uso, sem identificação nominal dos usuários,
 302 em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); 4) Encaminhamento de
 303 solicitação à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Crateús para que verifique, junto aos
 304 setores de fiscalização, a existência de registros ou denúncias relacionadas ao uso irregular de
 305 agrotóxicos no entorno do Açude Carnaubal, visando à apresentação dessas informações em reunião
 306 futura; 5) Encaminhamento ao CBHSC de solicitação para reativação da Câmara Técnica do Plano
 307 de Seca, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a implementação das ações previstas no
 308 Plano de Gestão Proativa de Secas do Hidrossistema Carnaubal pelas instituições responsáveis.



309 Submetidos à apreciação da plenária, foram aprovados os encaminhamentos constantes nos itens 2,
310 3, 4 e 5, considerando que o primeiro item se referia exclusivamente ao planejamento interno da
311 Comissão Gestora. Na sequência, Nayara informou que a Comissão Gestora do Açude Flor do
312 Campo realizou sua 11ª Reunião Ordinária no dia 8 de abril de 2026, ocasião em que foram
313 definidos os seguintes encaminhamentos: 1) Realização da capacitação anual prevista no plano de
314 trabalho somente após a conclusão do processo de elaboração do Plano de Gestão Proativa de
315 Secas, considerando a programação das oficinas conduzidas pela equipe da Universidade Federal do
316 Ceará. 2) Realização da próxima reunião ordinária da Comissão Gestora após a reunião de alocação
317 negociada de água, prevista para o final do mês de junho ou início de julho, ficando a 14ª Reunião
318 Ordinária programada para o mês de agosto, preferencialmente em uma quarta-feira, com data a ser
319 confirmada pelos canais oficiais de comunicação da Comissão Gestora. Nayara esclareceu que os
320 encaminhamentos constantes nos itens 1 e 2 não dependiam de aprovação do Comitê, por se
321 tratarem de deliberações relacionadas ao plano de trabalho da própria Comissão Gestora. 3)
322 Encaminhar ao CBHSC a preocupação da Comissão Gestora quanto ao uso de agrotóxicos nas áreas
323 localizadas a montante do Açude Flor do Campo, considerando os possíveis impactos sobre a
324 qualidade da água do reservatório. Em seguida, o presidente do CBHSC passou ao ponto da pauta
325 referente ao XXVII Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB). Informou
326 que o Estado do Ceará sediará a edição de 2026 do evento, a ser realizada no período de 7 a 11 de
327 dezembro, na cidade de Fortaleza. Relatou que, durante a última reunião do Fórum Cearense dos
328 Comitês de Bacias Hidrográficas (FCCBH), foi discutida a ampliação da participação dos membros
329 dos comitês cearenses no evento. Explicou que, tradicionalmente, a COGERH viabiliza a
330 participação de dois representantes por Comitê, geralmente integrantes da diretoria. Posteriormente,
331 os Comitês passaram a defender a ampliação para quatro representantes, priorizando igualmente os
332 membros da diretoria. Acrescentou que, em razão de o ENCOB de 2026 ocorrer no próprio Estado
333 do Ceará, diversos Comitês solicitaram o aumento desse quantitativo, estando em discussão a
334 possibilidade de utilização de recursos do Programa Procomitês para custear a participação de
335 representantes adicionais. O presidente ressaltou que o ENCOB constitui um dos principais espaços
336 nacionais de intercâmbio de experiências sobre gestão de recursos hídricos, reunindo representantes
337 de Comitês de Bacias Hidrográficas de todo o país, universidades, órgãos governamentais,
338 organizações da sociedade civil e demais instituições ligadas ao setor. Destacou, ainda, que o
339 evento possui duração de uma semana e exige comprometimento dos participantes, tanto no



340 cumprimento da programação quanto na efetiva representação do Comitê. Ressaltou que, diante da
 341 possibilidade de ampliação do número de vagas, é fundamental que os membros indicados tenham
 342 disponibilidade para participar integralmente das atividades, evitando desistências que possam
 342 comprometer o aproveitamento dos recursos públicos destinados ao custeio da participação. Na
 343 sequência, a vice-presidente, Daniela Cavalcante, reforçou a importância do ENCOB como
 344 principal espaço nacional de integração entre os Comitês de Bacias Hidrográficas brasileiros.
 345 Informou que vêm sendo envidados esforços para ampliar o número de representantes dos Comitês
 346 cearenses no evento e destacou que essa ampliação pressupõe responsabilidade e compromisso dos
 347 participantes. Por fim, enfatizou que a confirmação da participação no ENCOB deve ser
 348 acompanhada do compromisso de comparecimento e participação efetiva em toda a programação,
 349 de modo a assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos destinados ao custeio das
 350 delegações e fortalecer a representação do Estado do Ceará no encontro. Diante das discussões, a
 351 plenária deliberou que o CBHSC aguardará a definição do Fórum Cearense dos Comitês de Bacias
 352 Hidrográficas (FCCBH) quanto ao quantitativo de participantes que cada comitê poderá indicar para
 353 o XXVII Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB). Ficou ainda
 354 deliberado que, caso essa definição ocorra antes da realização da 24ª Reunião Extraordinária do
 355 CBHSC e haja necessidade de encaminhamento prévio dos nomes dos representantes, a escolha dos
 356 participantes será realizada por meio do grupo oficial de WhatsApp do Comitê. Caso contrário, a
 357 definição dos representantes ocorrerá durante a 24ª Reunião Extraordinária do CBHSC. Dando
 358 continuidade à pauta, o presidente do CBHSC passou ao item referente à apresentação das
 359 informações sobre o monitoramento da qualidade da água em comunidades rurais do município de
 360 Crateús, especialmente nas áreas do entorno do lixão municipal. Inicialmente, o coordenador da
 361 Vigilância em Saúde de Crateús, Dr. Juraci Bezerra, apresentou os resultados do estudo realizado
 362 em atendimento à demanda da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, voltada ao
 363 monitoramento da qualidade da água em áreas com influência de lixões no território estadual.
 364 Esclareceu que, em razão da inexistência de laboratório próprio no município de Crateús, foi
 365 solicitado apoio ao Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará (LACEN), que indicou o Núcleo
 366 de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará (NUTEC) para a realização das análises físico-
 367 químicas das amostras coletadas em outubro de 2025. Informou que o objetivo da apresentação era
 368 demonstrar os resultados das análises de água e as medidas adotadas pelo poder público municipal,
 369 destacando que o foco principal do estudo foi a avaliação físico-química da qualidade da água.



370 Esclareceu que as coletas foram realizadas em localidades previamente definidas, sendo
371 apresentados apenas os resultados com inconformidades em relação aos parâmetros estabelecidos,
372 com o objetivo de avaliar a adequação da água para consumo humano, dessedentação animal e
373 irrigação. Ressaltou que determinados parâmetros podem indicar inadequação para consumo
374 humano, sem necessariamente inviabilizar outros usos. As áreas amostradas incluíram as
375 localidades de Pau Ferro, Ipojuca, Fazenda Sobradinho, Açude Riacho dos Cavalos, Santa Luz,
376 Santa Clara e o açude localizado na área do lixão de Crateús. Foram analisados parâmetros como
377 turbidez, cloro residual livre, coliformes totais, demanda bioquímica de oxigênio, entre outros.
378 Alguns resultados apresentaram inconformidades em relação aos limites estabelecidos pela
379 legislação vigente, incluindo ausência de cloro residual livre em sistemas de distribuição e turbidez
380 acima do permitido em determinados pontos. Na Fazenda Sobradinho, foram analisadas amostras de
381 água bruta de poço e água tratada pelo SISAR. Na água de poço, foi identificado teor elevado de
382 fluoreto, com restrição apenas para consumo humano. Já na água tratada, foram identificados nitrato
383 e sólidos totais dissolvidos acima dos padrões recomendados, com nitrato apresentando valor de
384 13,3 mg/L, acima do limite de 10 mg/L. Na localidade de Ipojuca, foram analisados diversos pontos
385 de água bruta de poços e sistemas de abastecimento do SISAR. Em um chafariz comunitário, foram
386 identificadas inconformidades relacionadas à presença de nitrato (18,3 mg/L) e fluoreto (1,3 mg/L),
387 com restrições para consumo humano e irrigação, porém não tem restrição para dessedentação
388 animal. Em pontos de água tratada pelo SISAR, foram registrados cloro residual livre ausente,
389 nitrato, dureza e sólidos totais dissolvidos acima dos limites recomendados, com valores de cloro
390 igual a zero, nitrato de 13,3 mg/L, dureza de 521,4 mg/L e STD de 856,2 mg/L. Em outro ponto de
391 oferta de água tratada do SISAR, também foram identificados cloro residual inexistente, nitrato
392 elevado (13,1 mg/L) e STD acima do limite (559,4 mg/L). Na localidade de Santa Luz, em amostras
393 de água bruta, foram identificadas inconformidades relacionadas a fluoreto (2,9 mg/L), sulfatos
394 (343,4 mg/L) e sólidos totais dissolvidos (1.280,7 mg/L), todos acima dos parâmetros
395 recomendados, foi a pior situação detectada. Na localidade de Santa Clara, em água bruta
396 proveniente de cacimão privado, foi identificada presença de ferro acima dos padrões
397 recomendados, com restrição apenas para consumo humano. Na localidade de Pau Ferro, em água
398 tratada pelo SISAR, foram identificadas inconformidades relacionadas à ausência de cloro residual
399 livre, presença de nitrato (11,5 mg/L) e sólidos totais dissolvidos elevados (573,1 mg/L). No Açude
400 Riacho dos Cavalos, em água superficial, foram identificados parâmetros relacionados à demanda



401 bioquímica de oxigênio e ao oxigênio dissolvido, indicando alterações na qualidade da água. Diante
 402 dos resultados, a Vigilância Sanitária informou ao SISAR os pontos em que algum parâmetro
 403 apresentou inconformidade e o SISAR realizou coletas com o objetivo de confirmação das
 404 análises. O resultado das análises do SISAR não apresentaram as inconformidades indicadas
 405 anteriormente, mas adotando-se o princípio da precaução no tratamento das informações,
 406 considerando a destinação da água ao consumo humano, a Prefeitura de Crateús compreendeu que
 407 não poderia ignorar os primeiros laudos e desenvolveu algumas ações visando garantir o consumo
 408 de água de qualidade de mitigar os riscos a população. Foi destacado que as comunidades avaliadas
 409 são abastecidas predominantemente por meio de cisternas, chafarizes comunitários, distribuição por
 410 carros-pipa e captação de água de chuva, sendo, em grande parte, não atendidas por sistemas
 411 convencionais de abastecimento. Observou-se ainda que parte da população não utiliza a água dos
 412 sistemas locais para consumo direto, recorrendo à aquisição de água comercial ou a fontes
 413 alternativas, o que reduz o risco imediato de exposição, mas que isso não elimina a necessidade de
 414 monitoramento contínuo e de ações corretivas. Em seguida, o secretário municipal de Defesa Civil e
 415 Recursos Hídricos de Crateús, Teobaldo Neto, apresentou as ações adotadas pela gestão municipal
 416 diante da situação, incluindo reuniões com as comunidades afetadas para apresentação dos laudos,
 417 com entrega de cópias dos respectivos laudos laboratoriais às mesmas, além da adoção de medidas
 418 imediatas, como a inclusão de famílias na Operação Carro-Pipa municipal, instalação de caixas para
 419 armazenamento da água distribuída, orientação sobre o uso adequado de cloro para tratamento
 420 doméstico, instalação de avisos de restrição de uso nos sistemas de distribuição e articulação com
 421 operadores locais para correção das falhas identificadas e esclarecimento dos riscos identificados.
 422 Além disso, o secretário informou, que onze sistemas de abastecimento encontram-se em processo
 423 de licitação, com previsão de atendimento às comunidades abrangidas pelo estudo. Durante a
 424 exposição, membros do CBHSC ressaltaram a necessidade de articulação entre as instituições
 425 públicas para viabilizar a implantação de soluções estruturais, como a construção de um aterro
 426 sanitário, considerando os impactos do lixo sobre os diversos compartimentos ambientais,
 427 incluindo solo, água, ar, fauna e saúde da população. Foi ressaltada a importância de
 428 acompanhamento diferenciado da saúde da população potencialmente exposta, incluindo
 429 monitoramento de funções renais, doenças dermatológicas, quadros alérgicos e respiratórios, entre
 430 outros agravos possivelmente associados à exposição prolongada a contaminantes. Por fim,
 431 Teobaldo Neto convidou os membros do CBHSC a participarem da Conferência Regional da



432 Defesa Civil, que acontecerá no dia 02 de junho, em Crateús. Encerrada a pauta, o presidente do
 433 CBHSC agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. Durante a 51ª reunião ordinária do
 434 CBHSC foram realizadas as seguintes deliberações e encaminhamentos: 1) Aprovação do novo
 435 formato de apreciação das atas, ficando estabelecido que, nas reuniões do Comitê, serão
 436 apresentados apenas os encaminhamentos e as deliberações da reunião anterior, dispensando-se a
 437 leitura integral da ata; 2) Registrar a necessidade de realização de estudos sobre os impactos dos
 438 pequenos barramentos existentes a montante do Açude Barra Velha na recarga do reservatório,
 439 considerando a preocupação manifestada pela plenária quanto aos possíveis efeitos dessas
 440 intervenções sobre a disponibilidade hídrica do sistema; 3) Aprovação dos encaminhamentos da 13ª
 441 Reunião Ordinária da Comissão Gestora do Açude Carnaubal, referentes aos seguintes itens: I)
 442 Solicitar à Secretaria de Defesa Civil e Recursos Hídricos de Crateús para apresentação detalhada
 443 dos dados dos poços profundos, com suporte cartográfico; II) Reformular o ofício à CAGECE
 444 solicitando dados estatísticos setorializados sobre os maiores consumidores de água, em conformidade
 445 com a LGPD; III) Solicitar à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Crateús para levantamento
 446 de informações sobre denúncias relacionadas ao uso irregular de agrotóxicos no entorno do Açude
 447 Carnaubal e IV) Solicitar a reativação da Câmara Técnica do Plano de Gestão Proativa de Secas do
 448 Hidrossistema Carnaubal para acompanhar a execução das ações previstas no plano; 4) Deliberação
 449 sobre a participação no XXVII ENCOB, ficando definido que: I) O CBHSC aguardará a definição
 450 do Fórum Cearense dos Comitês de Bacias Hidrográficas (FCCBH) quanto ao número de
 451 representantes que cada Comitê poderá indicar para o evento; II) Caso essa definição ocorra antes
 452 da 24ª Reunião Extraordinária do CBHSC e seja necessário encaminhar previamente os nomes dos
 453 representantes, a escolha será realizada por meio do grupo oficial de WhatsApp do Comitê; caso
 454 contrário, a definição dos representantes ocorrerá durante a 24ª Reunião Extraordinária do CBHSC.
 455 Sem mais nada a tratar, foi lavrada por mim, Cícero Lacerda de Deus.

ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DE NOVO ORIENTE – AAPINO

TITULAR	Juvenal Honorato de Araújo	.
SUPLENTE	Manoel Tavares do Nascimento	Ausente

ASSOCIAÇÃO CAATINGA

TITULAR	Gilson Miranda do Nascimento	.
SUPLENTE	Carlito Rodrigues Lima	Ausente



ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DE CRATEÚS – APICRAT

TITULAR	Daniela da Silva Cavalcante	.
SUPLENTE	Wanderley Marques de Sousa	Ausente

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES/AS FAMILIARES DE CRATEÚS/CE

TITULAR	Francisco Gean Gomes Soares	.
SUPLENTE	Maria Orlanilda Sousa de Araújo	Ausente

CÁRITAS DIOCESANA DE CRATEÚS

TITULAR	Francisca Maria Lopes do Nascimento	.
SUPLENTE	Leonardo Vieira Machado	Ausente

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE INDEPENDÊNCIA

TITULAR	Liara Zulmira Camelo Martins	Ausente
SUPLENTE	Antônio Luiz Soares Rodrigues	.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO ESTADO DO CEARÁ – FETRAECE

TITULAR	Maria Aparecida Soares de Sousa	.
SUPLENTE	Francisco Gilvan de Azevedo	Ausente

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE *CAMPUS* Crateús

TITULAR	George Bezerra Pinheiro	.
SUPLENTE	Gilda Maria Rodrigues do Nascimento	Ausente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

TITULAR	Alan Michell Barros Alexandre	.
SUPLENTE	Luisa Gardenia Alves Tomé Farias	Ausente

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MALHADA VERMELHA E REGIÃO

TITULAR	Maria Elisabeth da Silva	.
SUPLENTE	Antônio Eric da Silva Pinto	Ausente



ASSOCIAÇÃO RAÍZES INDÍGENAS DOS POTYGUARA EM CRATEÚS – ARINPOC

TITULAR	Wanks Cavalcante da Silva	.
SUPLENTE	Maria Gerlene Araújo da Silva	Ausente

ASSOCIAÇÃO DOS OVINOCAPRINOCULTORES E AGRICULTORES DA REGIÃO DO DISTRITO DE IRAPUÁ – ASSOCRI

TITULAR	José Lourenço Martins Torres	Ausente
SUPLENTE	Carlos Alberto Alves Rufino	.

ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DE ÁGUA DO AÇUDE CARNAUBAL – ASSUSA

TITULAR	Francisco Teobaldo Gonçalves Marques	.
SUPLENTE	Francisco Barbosa Farias	Ausente

ASSOCIAÇÃO DAS PESCADORAS E DOS PESCADORES ARTESANAIS DE TAMBORIL

TITULAR	Cicero dos Santos Pereira	Ausente
SUPLENTE	Antônio Nilson da Silva	Ausente

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE

TITULAR	Francisco Fernando de Amorim Silva	Ausente
SUPLENTE	Luis Isael Alves Campos de Araújo	.

ASSOCIAÇÃO DE PESCADORAS E PESCADORES ARTESANAIS DO AÇUDE FLOR DO CAMPO – ARTEPESCA

TITULAR	José Ribamar do Nascimento	.
SUPLENTE	Francisco das Chagas do Nascimento	Ausente

SISTEMA INTEGRADO DE SANEAMENTO RURAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA - SISAR

TITULAR	Antônio Marcos Diogo Leitão	.
SUPLENTE	Antonia Leidiana Oliveira de Sousa	Ausente

ASSOCIAÇÃO DAS PESCADORAS E PESCADORES DO AÇUDE REALEJO - APPAR

TITULAR	Cleidiane da Saúde Tomaz Araújo Lima	Ausente
SUPLENTE	Maria da Paz Pereira Costa	Ausente



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAPORANGA

TITULAR	Francileide da Silva Sousa Nascimento	.
SUPLENTE	Maria Marilene Matos Melo	.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS

TITULAR	Teobaldo Barbosa Marques Neto	.
SUPLENTE	Francisco Veira Sales Neto	. pp

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA

TITULAR	Luilson Pinheiro Costa	Ausente
SUPLENTE	Paula Letícia Coutinho Sales	.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE

TITULAR	Enoch Saboia Coutinho	Ausente
SUPLENTE	Claudino Sales Neto	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGA

TITULAR	Francisco Tiago Alves gomes	Ausente
SUPLENTE	Antônio Valdir Gomes Lima Júnior	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITERIANÓPOLIS

TITULAR	Cicero Lacerda de Deus	Ausente
SUPLENTE	Murilo Janson de Freitas Lima	Ausente

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS – SRH

TITULAR	Carlos Magno Feijó Campelo	Ausente
SUPLENTE	Márcia Soares Caldas	Ausente

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ – EMATERCE

TITULAR	Raimundo Lira Galvão	.
SUPLENTE	Salviano da Costa Azevedo	Ausente



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMA		
TITULAR	Danilo Soares Melo	Ausente
SUPLENTE	Caroline Bastos de Alencar Viana	Ausente

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS – DNOCS		
TITULAR	<i>Aguardando indicação</i>	
SUPLENTE	<i>Aguardando indicação</i>	

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS - FUNCEME		
TITULAR	Bruno Dias Rodrigues	Ausente
SUPLENTE	Domingo Cassain Sales	.

VACÂNCIA		
TITULAR		
SUPLENTE		